

AS QUYBYRYCAS COMO POSSIBILIDADE DE DESCOLONIZAÇÃO POR DENTRO

AS QUYBYRYCAS AS A POSSIBILITY OF DESCOLONIZATION FROM THE INSIDE

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v15i30p210-225>

Renata de Oliveira Klipel¹

RESUMO

O presente artigo busca discutir como a política do Estado Novo, regime ditatorial instituído em Portugal de 1933 a 1974, se apropriou de certos elementos culturais, como a figura de Luís de Camões e sua obra *Os Lusíadas*, para reforçar e constituir valores que serviriam como modelo para uma sociedade portuguesa ideal. Em contraponto a essa tomada da figura de Camões como validação para a implementação de colônias no continente africano (uma vez que a sua obra remete a um período glorioso da história de Portugal), António Quadros decide fazer uma obra que seria a continuação perdida de *Os Lusíadas*, com o intuito de desassociar o poeta dos valores imperialistas aos quais o Estado Novo lhe havia condicionado. Propomos, então, neste texto fazer uma análise da obra *As Quybyrycas*, percebendo de que forma ela proporciona um movimento de descolonização partindo do interior da cultura portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

António Quadros; Luís de Camões; Estado Novo; Colonialismo.

ABSTRACT

This article seeks to discuss how the dictatorial regime established in Portugal from 1933 to 1974 known as Estado Novo appropriated certain cultural elements such as the figure of Luís de Camões and his epic poem Os Lusíadas, to reinforce and constitute values that would serve as a model for an ideal Portuguese society. As a counterpoint to this appropriation on the figure of Camões as a validation for the implementation of colonies on the African continent (since his work refers to a glorious period in the history of Portugal), António Quadros decides to write the lost continuation of Os Lusíadas, with the aim of disassociating the poet from the imperialist values to which the Estado Novo had conditioned him. We propose, therefore, in this text to analyze the work of Quadros, As Quybyrycas, to perceive how it provides a decolonization movement emerging from the interior of the Portuguese culture.

KEYWORDS

António Quadros; Luís de Camões; Estado Novo; Colonialism.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

O alcance da cultura, das artes e, mais especificamente, da literatura na sociedade, é, de longa data, um tema muito debatido entre teóricos e filósofos. Talvez isso se deva ao fato de que a cultura pode ser tida, muitas vezes, como simples fonte de prazer, ignorando-se toda a sua relação com os campos da política e da história. Desde o período colonial, no entanto, a dimensão do impacto que a cultura tem na população é explorada, além de outros meios, como forma de imposição de poder e ocupação territorial. Walter Mignolo trata, em *Histórias locais projetos globais*, sobre como a literatura e a língua foram usadas para se estabelecer uma ideia de unidade nacional: “Uma das armas poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional que contribuisse, no domínio da língua, para uma cultura nacional” (Mignolo, 2003, p. 291).

Esse caminhar contíguo entre cultura e política não passou despercebido por chefes de Estado de governos ditatoriais, uma vez que aí se repete a necessidade de criação das “comunidades imaginadas”, das quais fala Mignolo. Os regimes totalitários são caracterizados pelo desejo de implementação de uma cultura, de um modo de pensar, de opiniões e valores padronizados. Faz-se preciso estabelecer uma nova concepção de identidade nacional, que esteja intrinsecamente alinhada com aquilo que o Estado define como ideal de sociedade. Costuma-se, então, criar uma unidade governamental, sendo um ministério ou, no caso de Portugal, país que nos interessa para este trabalho, o Secretariado de Propaganda Nacional (1933), que se responsabilize por difundir um sentimento de nacionalidade através de ações que mobilizem a população a acreditar no bom funcionamento do governo. É por esse viés da força da literatura como agente político e social que este trabalho se desenrolará.

Maria-Benedita Basto (2016) traz o conceito de *biblioteca imperial* para evidenciar não só como se dá o estabelecimento de um cânone literário para o império, mas também todo o mecanismo de “orientações de leitura” que ele pressupõe:

Através desse conjunto de orientações de leitura os textos são transformados em instrumentos ao serviço da propaganda, a política cultural do Estado Novo, em ‘monumentos’ da história nacional. A finalidade desta biblioteca situa-se então a três níveis: histórico, antropológico e jurídico, transmitindo, respectivamente, o valor da raça, a missão civilizadora e a legitimidade do império (Basto, 2016, p. 55).

Os Lusíadas e o próprio Camões, por trazerem à tona o momento e o papel histórico de Portugal durante a expansão marítima, fazem parte desta *biblioteca imperial*, servindo como símbolos nacionais e são articulados para justificar o projeto imperialista e colonialista, legitimando a ocupação colonial mais recente dos países africanos, ainda em curso pelo Estado Novo. Há um paralelo, portanto, entre aquilo que ocorreu nas colônias, desde 1500 até o século XX, e na metrópole, principalmente durante a ditadura portuguesa, pois, há, em ambos os casos, a necessidade de imposição de novos modos de organização social. Ou seja, a manipulação da cultura, em favor do regime totalitário e da permanência da exploração colonial, afeta muito fortemente também a população portuguesa.

Em vista disto, no ano de comemoração ao quarto centenário da publicação de *Os Lusíadas*, o livro *As Quybyrycas* surge como forma de desmistificar a imagem patriótica do poeta e da obra associadas ao governo ditatorial. Partindo da postura de contestadora desta obra, buscaremos analisar o seu papel na literatura portuguesa e o seu potencial de descolonização simbólica e efetiva, agindo dentro do colonialismo.

AS QUYBYRYCAS, UMA CONTINUAÇÃO DE OS LUSÍADAS

Antes de tudo, é preciso chamar atenção para a origem paródica e pelo caráter debochado desta obra, publicada em Moçambique em 1972, por um tal de Frey Ioannes Garabatus, heterônimo do pintor António Quadros. *As Quybyrycas* é o livro que dá a continuidade, prometida por Camões ao rei D. Sebastião, a *Os Lusíadas*, sendo este, até reduzido, no prefácio de Jorge de Sena, a simples “prólogo de quanto veio depois” (1991 [1972], p. 17). Ao título, destacado na capa pelas letras maiúsculas, escritas em vermelho, numa fonte diferenciada, estão anexadas informações, que podem ser entendidas como um subtítulo: *as Quybyrycas poema éthyco em outavas que corre como sendo de Luis Vaaz de Camões em suspeitíssima athribuiçon de Frey Ioannes Garabatus*, seguido de dados sobre a edição.

Já no conjunto título/subtítulo da obra, ficam evidenciados importantes elementos que a compõem: a referência à batalha de Alcácer Quibir, de 1578, acontecimento doloroso da história portuguesa por marcar o desaparecimento do rei D. Sebastião e o período de crise em Portugal, com a ocupação espanhola no país; além disso, há a confusão de dois autores nos nomes de Camões e Garabatus (autoria que se multiplica

ainda, como veremos mais adiante); a sutil modificação de poema “épico” para *éthycó*, dando um tom diferenciado para o livro; e o uso latinizado da língua, que remete ao português antigo e que estará em toda a obra, em referência à data de *Os Lusíadas*.

A leitura é direcionada a fazer uma relação imediata com a obra de Camões, mas, ao mesmo tempo, já demonstra tratar não de temas heroicos, comumente associados ao poeta, e, sim de expor e refletir sobre o momento histórico que mais se buscou apagar da memória coletiva nacional. Exemplo mais claro deste silenciamento é o documentário feito por António Lopes Ribeiro para a Exposição do Mundo Português, no qual a batalha de Alcácer Quibir e os decorrentes 60 anos de ocupação espanhola são representados por uma tela preta e pelo som do toque de tambores. Se, em *Os Lusíadas*, o título pressupõe uma obra sobre um povo, descendente dos antigos lusos, em *As Quaybyrycas*, temos os descendentes de Quibir.

Escrito durante o período ditatorial português, *As Quaybyrycas* vai oferecer uma reflexão sobre a história de Portugal do século XVI, especialmente durante o reinado de D. Sebastião, em diálogo com o que ocorre no país durante o Estado Novo. Propõe-se ainda uma releitura de *Os Lusíadas*, buscando desvincular a epopeia de Camões do discurso nacionalista, que a associa ao “Acto Colonial”, escrito por Salazar, e a utiliza para exemplificar a forte ligação entre Portugal e suas colônias africanas, justificando a ideia de um império ultramarino. A paródia procura apontar o erro do sonho imperialista na época da expansão marítima, com o intuito de conscientizar o leitor do “futuro” (no caso o do presente) que está a viver uma situação similar de exploração, séculos depois.

Faz-se importante ressaltar que *As Quaybyrycas* são um “poema-outro”, como coloca Luís de Sousa Rebelo. Completamente diferente das apropriações feitas até então a partir de *Os Lusíadas*. Não podemos considerá-la uma simples paródia do poema, pois há um “aprofundamento crítico do seu lado humanístico, o rompimento com a sua escrita e uma meditação de caráter ético e filosófico sobre um período de graves repercussões na vida nacional” (Rebelo, 1987, p. 28).

ENTRANDO NO UNIVERSO DE FREY GARABATUS

Faz-se necessário tratar, mesmo que brevemente, dos sonetos que lançaram Frey Ioannes Garabatus como poeta. O rei D. Sebastião teria já, antes da escrita de *As Quaybyrycas*, sido dado como morto pelos textos de

Garabatus, dando uma explicação definitiva para o seu “desaparecimento”. Três sonetos seus são publicados no segundo número da revista *Caliban*, em 1971, em que, além dos poemas, é também publicado um trecho de *As Quybyrycas* no número seguinte. O primeiro soneto, intitulado *A lingua estorvada* fala, então, sobre o momento da morte do rei D. Sebastião, contendo seu “testamento”: “Tantas guitarras”. O poema condiz com o que é trabalhado em *As Quybyrycas* e com a narração do que ocorre na batalha de Alcácer Quibir, quando D. Sebastião tem uma epifania do quão vazias foram suas ações enquanto rei e esquece de dar o sinal de início do ataque: “Esquece ou desiste por se dar conta da “vanidade de suas acções?” (Garabatus, 1971, p. 64).

A confirmação da morte de D. Sebastião é explorada e descrita para acabar com o mito do sebastianismo e libertar “a dor do estar passivo” (Garabatus, Canto I, est. XVI) “creemos piadosamente ã sua escrarecida morte” (Garabatus, 1971, p. 64). Toca-se numa ferida que é, para o regime ditatorial, a maior vergonha nacional. Garabatus mostra que o rei morreu consciente, que a epifania durante a batalha teve efeito e permaneceu nos pensamentos do rei até o momento da sua morte. Ao mesmo tempo, propõe uma reflexão sobre a “vanidade” das ações colonialistas do Estado Novo, invalidando o símbolo da glória alcançada pela expansão marítima, D. Sebastião, que se mostra descrente quanto ao progresso, ao engrandecimento pela exploração de povos e territórios. Garabatus, ou aqui talvez caiba melhor nos referirmos ao seu ortônimo, António Quadros, reatribui carinhosamente significados a elementos deturpados pelo Estado Novo, dando ainda a chance a D. Sebastião de uma *mea-culpa*.

O segundo soneto trata sobre um famoso episódio da história portuguesa posto também em *Os Lusíadas*, o naufrágio de Manuel de Sousa de Sepúlveda, que junto da sua família passam “tantos trabalhos” nas terras de cafres. O acontecimento é documentado por um anônimo e é publicado na *História Trágico-Marítima*. No soneto, é abordado um elemento importante da história: a nudez a que são submetidos todos os cativos, inclusive a mulher de Sepúlveda, D. Leonor. Entretanto, a nudez não é tida como algo pecaminoso e desonrado. Inverte-se a situação: enquanto, no texto, todos sentem pena de D. Leonor e procuram se distanciar e não olhá-la, aqui, o eu-lírico a contempla: “[...] o corpo / amoroso desta dona se cobria / de pesada beleza como manto que eu ousava mirar sem ousadia” (Garabatus, 1971, p. 65). D. Leonor, no texto, morre pelo pudor,

completamente desconsiderado no poema no seu sentido pecaminoso, mas mantido pela ideia de uma vergonha ingênua, fazendo referência às mulheres, nos poemas de Camões, que são surpreendidas pela chegada de um homem, ao tomarem banho. Uma vergonha ingênua, sendo entendida como antes do conhecimento do pecado.

O terceiro poema fala sobre o ferimento que Camões sofre numa expedição militar em Ceuta e que o deixa caolho. Além da referência à guerra no norte da África, é trabalhada a ideia dupla do amor ideal para o poeta. É colocada a perda do olho como uma marca heroica: “as damas / te acharão mui contrairo a um donzel” (Garabatus, 1971, p. 66), como se isso facilitasse a ele a “carnalização” do amor, “ser zarolho lhe poupava ã esforço, pois na hora de ser de venus, o gosto lhe dava a vista sã por fechada, sendo jaa frechada a outra” (Garabatus, 1971, p. 66). É certamente uma ironia a aspectos que caracterizam a lírica de Camões: o heroísmo, a contradição do amor idealizado, simbolizado na musa nomeada Laura, em oposição ao amor físico, marcado pela figura de Vênus.

AMBIGUIDADE AUTORAL, “PREFÁCIO PERFEITO” DE SENA E A RESSIGNIFICAÇÃO DE “CAMÕES”

A questão autoral é extremamente significativa para a intenção da obra. O pseudônimo, ou heterônimo — considerando que há a criação de uma personalidade com características estéticas próprias — Frey Ioannes Garabatus teria sido contemporâneo e amigo de Camões e, segundo indícios apresentados no prefácio, teria levado a atribuição pelo poema a pedido do autor, por uma razão, pode-se dizer, de honra: “Assim como o rei não cumpriria com o poeta, o poeta não cumpriria com o rei cantá-lo de seu mesmo nome” (Sena, 1972, p. 26).

Jorge de Sena explica, assim, no seu prefácio a razão da dupla autoria, ou tripla autoria. Tripla, pois há ainda mais uma figura essencial que deve ser dada atenção quanto a essa questão: António Quadros, pintor, é a pessoa física que está por trás de João Pedro Grabato Dias (editor das *Quybyrycas*), Ioannes Garabatus e Mutimati Barnabé João, seus heterônimos num sentido bastante distinto do de Fernando Pessoa. Grabato Dias seria descendente de Frey Ioannes, e é também uma das personalidades que colabora com a dinâmica heteronímica a qual exige um coletivo de “ortônimos”: Jorge de Sena como prefaciador; Mota Lopes, jornalista que entrevista Grabato Dias para a revista *Tempo*, 1972; Rui Knopfli; autor da

mínimo conhecimento da obra não saiba. Ele ridiculariza a frivolidade que o trabalho “academicista” pode apresentar, quando se prioriza a busca por um texto grandiloquente (no caso acima, tanto, que chega a ser confuso), em detrimento de um conteúdo relevante a ser transmitido.

Mais adiante, Sena desenvolve uma lógica matemática para encontrar uma explicação para a relação do número de estâncias do poema camoniano com o de Garabatus e depois de vários cálculos chega à conclusão que “Nem mais nem menos do que ser 1180 o ano de 1580 subtraído dos 400 anos que nos separam da 1ª edição de *Os Lusíadas!*” (Garabatus, 1971, p. 20). Ao utilizar a data de morte de Camões e a comemoração dos 400 anos de publicação do poema, faz uma crítica ao discurso nacionalista, que se valia destas datas através de grandes comemorações, visando sempre a alienação da população e a instrumentalização do nome de Camões e da sua obra a favor do discurso ditatorial.

Jorge de Sena constrói um texto que simplesmente não condiz com uma primeira impressão que se tem de um especialista em Camões ao escrever um prefácio para uma obra que se aponta como continuação de *Os Lusíadas*. Ele destrói qualquer credibilidade que a sua carreira acadêmica dá ao seu trabalho e, ainda assim, diverte-se com a descarada falsa verossimilhança que ele confere à obra ao trazer documentos históricos sobre a vida de Ioannes Garabatus que elucidam o problema da ambiguidade autoral. Tanto o prefácio, quanto *As Quybyrycas*, brincam com verdades históricas, subvertendo, de certa forma, os padrões dos seus meios de escrita, daquilo que se pressupõe ser um prefácio e do que se pressupõe ser um poema épico; mas, ao mesmo tempo sem deixarem de sê-los. Mantêm-se no padrão até o limite necessário para que o texto não seja algo que não um prefácio ou um poema épico, porém inovando o suficiente para que não seja o comum. O jogo com a verdade histórica deve se manter até o ponto que a piscadela irônica ao leitor faça sentido. Ou seja, não pode ser um poema totalmente camuflado na literatura do século XVI, nem uma completa modernidade, pois isso diminuiria seu potencial subversivo. O mesmo serve para o prefácio.

A autoria complexa da obra mostra não apenas uma vontade de fazer uma referência direta a Camões, mas a intenção de, ao fazê-la, pôr em causa todo o significado atribuído ao seu nome. Põe também em questão um desejo de dificultar uma possível canonização, indo contra ao que é feito

com *Os Lusíadas*. O prefácio de Jorge de Sena contribui com essa intenção de desconstruções de imagens e conceitos estabelecidos e privilegiados de forma superficial pela sociedade, desconstruindo seu próprio “nome”, num prefácio riquíssimo em dados falsos. O caráter didático de *As Quibyrycas* está, além da reflexão histórica proposta, nessa intenção de desmistificação, de desapropriação e de “desmonumentalização” do nome Camões e de sua obra como emblemas da nação portuguesa.

O USO PROPAGANDÍSTICO DE *OS LUSÍADAS* E O SEU SOCORRO POR *AS QUIBYRYCAS*

A percepção de *Os Lusíadas* como sendo símbolo nacional pela narração da história épica de Portugal é produto de uma leitura superficial da obra, que não leva em conta as características contradições que marcam tanto a produção lírica e épica do poeta. Como, por exemplo, a constância de um espírito cavalheiresco em contraste aos elementos humanistas, em *Os Lusíadas*, ou a sua dificuldade de síntese de um amor carnal e um amor erótico, presente na maior parte da lírica camoniana. Mesmo antes da instauração da ditadura, Camões já era utilizado pela política como instrumento para criação de um sentimento patriótico na população. Banalizou-se, então, a ideia de que *Os Lusíadas* é sinônimo de uma exaltação da expansão marítima e do seu passado glorioso; entretanto, essa é uma leitura construída para conciliar com os interesses políticos. Apagou-se o caráter literário da obra. A guerra colonial era um retomar a epopeia; os soldados eram os novos heroicos marinheiros. *Os Lusíadas* eram utilizados como mais uma forma de colocar Salazar e seus feitos como algo que estava previsto na história portuguesa, como se estivesse realizando aquilo que Camões já havia elogiado e previsto para o futuro do país.

É preciso lembrar, no entanto, que Camões é, antes de um profeta, um ser perturbado que constrói uma lírica

na maioria dos casos, profundamente conturbada, dividida entre o anseio espiritual e a força dos desejos, amargurada pelo sentimento de culpa, pela saudade, pela insatisfação; comprazendo-se nesse sofrimento e ao mesmo tempo detestando-o; procurando sempre no meio deste labirinto amoroso um fio que o leve a entendê-lo e a entender-se (Matos, 1980, 49).

Toda essa complexidade, que é algo particular de Camões, é esquecida em detrimento do discurso nacionalista que se divulga sobre *Os*

principal os momentos históricos gloriosos da nação. Contudo, depois de ler o estudo de Saraiva é que se percebe tamanha a riqueza literária e a complexidade do poema e o quanto se perde dela pelo condicionamento da leitura nacionalista imposta.

Na entrevista concedida por Grabato Dias à revista *Tempo*, é perguntado se ainda é válido ler Camões e a resposta é

Atrevo-me a dizer que só Camões vale a pena, pois que só nele acharemos as chaves e gazuas com que abriremos portas para os outros, ainda os que o antecederam. [...] Eles esperam-nos na sua própria contemporaneidade, e nós sabemos-lo tão bem e cremos a rota tão custosa, que diariamente abdicamos de ir para lá (Garabatus, 1972, p. 4).

A partir disso, pode-se perceber a necessidade de se ler Camões para que ele seja libertado desse cânone que manipula seu conteúdo, libertando também a própria população do cânone e oferecendo espaço a novos escritores, que não sejam sombreados pelo nome Camões. Faz alusão também à importância de se considerar o poema e o poeta contextualizados no seu tempo. A sua apropriação pelas outras épocas é inerente à sua condição de livro, entretanto, não se pode aceitar a instrumentalização da obra, retirando sua qualidade artística, para favorecer um discurso político qualquer que seja.

O importante papel do mundo mitológico em *Os Lusíadas* é reduzido em *As Quaybyrycas*, apesar de, certas vezes, serem evocados no texto. O “Invoco-me” (Garabatus, Canto I, est. XII) no poema exprime não só um pensamento humanista do homem como único responsável por suas ações e seu destino, mas também, foca toda a atenção do plano narrativo na história portuguesa; ao contrário de Camões, que privilegia os deuses para compor personagens bem caracterizadas e “reais”. Vasco da Gama, em *Os Lusíadas*, é uma figura apagada, assim como todos os personagens portugueses; ele serve apenas para recitar as belas composições de Camões, não tem que resolver nada pela sua ação própria. No lugar de herói, Camões oferece abstratamente, no paratexto, o paradigma do verdadeiro chefe militar. *As Quaybyrycas* vai se preocupar, então, em fazer dos personagens portugueses figuras humanas, que erram, e, por causa do seu viés didático, precisa retirar os deuses do campo das ações e responsabilizar os seus verdadeiros autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra propõe, então, uma releitura (não uma reescrita) do nome Camões e de *Os Lusíadas*. Uma chance dada ao poeta de ter seu texto desconectado do discurso colonialista. Tira proveito (em vez de ignorar) das ambiguidades postas na obra de Camões e, que tão bem caracterizam o poeta, abrindo para diversas possibilidades de leitura. Garabatus, apoiando-se na voz do Velho do Restelo: “eis-me nos restos, velho, e em restelo” (Garabatus, Canto I, est. IV), traz, como eu-lírico, um Camões mais maduro, que vai se arrepender de certos valores do passado (“Mas hoje o ponto extremo onde me vejo por idade chegado, me aclara o entendimento”) (Garabatus, Canto II, est. ECCXLII); por exemplo, a confiança que faz na guerra e nas armas, decorrente da sua formação cavaleiresca, “não se aprende, Senhor, na fantasia / sonhando, imaginando ou estudando, / senão vendo, tratando e pelejando” (Camões, Canto X, p. 153). É como se António Quadros possibilitasse a Camões opinar sobre a história de Portugal com uma perspectiva de séculos depois.

Há, em *As Quybyrycas*, uma visão de reprovação geral da matança, através de imagens impactantes da crueldade do ser humano. Associa, por exemplo, os condenados pela Inquisição à morte na fogueira ao churrasco: “Quando em festa de caça há um churrasco, porquê ninguém se lembra de ter asco?” (Garabatus, Canto VII, est. EDCCXVII). Mostra a guerra como algo negativo para todos, “Pois por qualquer lugar onde homem chora nem fé nem cor de pele isto minora” (Garabatus, Canto I, est. EXCIX). A obra provoca constantemente um reenvio ao presente, fazendo referência a Portugal do Estado Novo e questionando a legitimidade da guerra colonial. Procura causar na sociedade portuguesa a epifania que D. Sebastião tem em Alcácer Quibir: “Que me queria eu assim tão lêdo / na pressa de chegar a quê?” (Garabatus, Canto X, est. EMLXXIV).

As Quybyrycas são uma confusão de autoria, uma confusão de gêneros literários e, principalmente, uma confusão de épocas. É uma obra de libertação de nomes, concepções e conhecimentos impostos. Uma fuga de padrões, ainda que, de certa forma, extremamente ancorado nas tradições. Ela não busca trazer as derrotas portuguesas, mas, sim, lembrar momentos de dificuldade da história, para se fazer uma reflexão “éthyca” dela, visando sempre a conscientização do leitor. No entanto, ela não desconsidera os feitos portugueses, apenas condena a não-reflexão e o não-assumir de derrotas na história portuguesa, importante para se aprender


com os erros e evitá-los no futuro, ou não os manter no presente, como é o caso do Estado Novo. A obra ataca a essência da política ditatorial e como coloca Basto (2016, p. 54) é “Um trabalho fundamental para descolonização das palavras e da gesta lusófona”.

REFERÊNCIAS

- BASTO, Maria-Benedita, “‘Camões’ em Moçambique à procura d’As *Quybyrycas* de Garabatus. Cânone, geopolítica e descolonização”. In MACEDO, Ana Gabriela; BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana (eds.). *Prémios literários: o poder das narrativas / As narrativas do poder*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 53-74.
- GARABATUS, Frey Ioannes. *As Quybyrycas: Poema ético en outavas que corre como sendo de Luis Vaaz de Camões em suspeitissima athribuiçon*. Lourenço Marques: As Quybyrycas (1972), Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- GARABATUS, Frey Ioannes. *Caliban* (3 e 4). Edição Facsimilada. Maputo: Edição do Instituto Camões, Centro Cultural Português, 1972.
- GARABATUS, Frey Ioannes. *Caliban* (2). Edição Facsimilada. Maputo: Edição do Instituto Camões, Centro Cultural Português, 1971.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de. *Introdução à poesia de Luís de Camões*. Lisboa: ICLP, 1996.
- MIGNOLO, Walter. “Uma outra língua: mapas da linguística, geografias literárias, paisagens culturais”. In: MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- REBELO, Luís de Sousa. “As ‘Quibíricas’ de Grabato Dias ou o discurso da ruptura”. *Colóquio Letras*, n. 99, p. 21-28, setembro-outubro, 1987.
- SARAIVA, António José. *Luís de Camões estudo e antologia*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.
- SENA, Jorge de. “Um imenso inédito semi-camoneano, e o menos que adiante se verá”. In: GARABATUS, Frey Ioannes. *As Quybyrycas: Poema ético en outavas que corre como sendo de Luis Vaaz de Camões em suspeitissima athribuiçon*. Lourenço Marques: As Quybyrycas (1972), Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- SOUSA, Martim. “João Pedro Grabato Dias ou a ousadia expressional: um grito neomedieval de um poeta excepcional a inscrever no futuro”. *Revista Millenium*, n. 17, 2000. Disponível em

<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/932?locale=en>. Acesso em: 08 jan. 2023.


Recebido em 13 de janeiro de 2023
Aprovado em 22 de outubro de 2023

Licença: 

Renata de Oliveira Klipel

Mestranda em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. Graduada em Licenciatura em Letras (Língua e Literatura Portuguesa e Francesa) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Langues, Littératures et Civilisations étrangères et régionales, no percurso Portugais, pela Université Paris-Sorbonne Paris IV.

Contato: renataklipel@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9294-7212>